

Nota Metodológica: Guicciardini Leitor de Maquiavel*

Newton Bignotto**

Resumo: Este artigo trata de problemas metodológicos tradicionais da história das idéias, partindo da figura do que chamamos de “leitor ideal”. Para atingir nossos objetivos procuramos analisar a leitura que Guicciardini fez dos *Discorsi* de Maquiavel.

Palavras-chave: Maquiavel – filosofia política – século XVII – Guicciardini

A questão do melhor método para se abordar um texto do passado é contemporânea da própria história das idéias e se mostrou fecunda na exata medida em que à preocupação com textos antigos incorporou-se a intenção de estudá-los de maneira rigorosa, o que implicou a busca de procedimentos e regras que fizessem do exercício de leitura de uma obra de filosofia ou de política antigas o ato de descobrimento de um sentido que o tempo obscureceu ou cujo significado alterou. De uma maneira geral, podemos dizer que os historiadores das idéias mais tradicionais se contentaram com uma abordagem que se limita a tentar desvelar o senti-

* Esse texto foi apresentado originalmente num seminário sobre Filosofia do Renascimento realizado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, em agosto de 1995. Gostaria de manifestar meus agradecimentos à professora Maria das Graças Nascimento e ao professor Sérgio Cardoso pelas críticas e sugestões apresentadas na ocasião.

** Professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

do dos principais argumentos empregados pelo pensador, sem se preocupar com a análise do contexto dentro do qual a obra apareceu e com o qual se relacionou. É claro que não podemos usar aqui o termo “historiadores das idéias” de forma genérica sem incorrer numa perigosa simplificação. De fato, à postura quase ingênua de alguns autores que, desde o começo da Idade Moderna, se preocuparam em sistematizar os conhecimentos sobre a história do pensamento, seguiu-se o desenvolvimento de sofisticados métodos de análise de textos, baseados no uso não só da lógica e da teoria da argumentação, mas também, como no caso dos hele-nistas, no recurso à etimologia e à gramática.

Esse grande grupo de autores, cuja complexidade não pode ser negada, tem como denominador comum o fato de que o objeto central de suas análises, por mais diversas que sejam, é sempre o texto isolado e o conjunto de seus argumentos. Desvelar o sentido de suas grandes articulações, compreender o encadeamento lógico de suas idéias é a tarefa principal do intérprete que pode se limitar ao texto, mesmo se eventualmente se serve da história em geral, para ajudar na busca do significado de uma proposição, que hoje nos aparece como obscura. Gueroult e Goldschmidt são nomes que sintetizam o que essa forma de leitura tem de melhor.

Particularmente, no que diz respeito à filosofia do Renascimento, e mais especificamente no tocante aos textos de filosofia política, a maneira tradicional de estudo foi objeto de críticas e reformulações, que implicaram uma ruptura total com os métodos referidos. Figuras como Leo Strauss, Claude Lefort, Quentin Skinner tiveram importância nesse movimento, ainda que por razões muitas vezes diversas. Nosso propósito neste artigo, no entanto, não é o de fazer o balanço desse debate. No estágio atual, só um tratamento sistemático da questão poderia evitar as simplificações e fazer justiça à complexidade de uma discussão, que não pode se contentar com a afirmação de posições de princípio. O que vamos fazer, então, é retornar a um ponto específico das críticas feitas à história tradicional das idéias, mais especificamente à importância atribuída por alguns autores à análise do contexto para a compreensão do sentido dos textos do passado. Sem pretender com isso criticar de forma global a importante contribuição metodológica de escolas como a de Cambridge,

procuraremos mostrar suas limitações. Com isso nos comprometemos a apontar uma saída, que sem ter a pretensão da originalidade, indica um caminho que, já tendo sido trilhado por outros autores, nos parece mais fecundo para o estudo de textos do passado. Reconhecemos desde já os limites de nossa própria exposição, que se reveste de um caráter apenas indicativo, embora acreditemos que as críticas aqui feitas a uma certa história da filosofia sejam pertinentes e possam ser demonstradas por uma estratégia argumentativa que leve em conta o núcleo das considerações metodológicas de certos intérpretes.

Para realizar nossos propósitos, escolhemos Quentin Skinner pela importância de sua obra de historiador das idéias, e pelas críticas severas que fez a várias abordagens tradicionais da história das idéias. Em vários artigos e textos, ele procura mostrar que a melhor maneira de estudar um texto do passado é tentar recuperar o sentido exato de suas proposições, o que só pode ser feito se soubermos como essas proposições eram compreendidas na época em que foram escritas. Em suas próprias palavras: “The essential question which we therefore confront, in studying any given text, is what its author, in writing at the time he did write for the audience he intended to address, could in practice have been intending to communicate by the utterance of this given utterance” (Skinner 8, p. 49). A sugestão de Skinner, que sintetiza uma longa discussão sobre a relação da obra com o contexto, implica dizer que a nós, leitores contemporâneos, cabe a tarefa de descobrimento da trama de um diálogo, que só nos interessa porque nos desvela “the essential variety of viable moral assumptions and political commitments” (*id.*, *ibid.*, p. 52).

Assim posta, a questão metodológica ganha contornos extremamente interessantes, ao mesmo tempo em que não deixa dúvidas quanto à distância que separa o escritor inglês dos historiadores que apostavam na autonomia do texto em face dos imperativos políticos de seu tempo. Com Skinner, abandonamos o terreno solitário do analista frio à cata da coerência dos argumentos, para realizar o casamento entre o estudioso da história do pensamento político e o historiador em sentido restrito. Um texto é produto, nessa lógica, de uma interação entre o autor e um debate que o inspira e o limita. No caso dos textos políticos, essa relação é ainda mais

estreita, pois não é razoável supor que alguém escreva sobre a relação entre os homens, seus mecanismos e fundamentos, na pressuposição de que o que está sendo dito está além da compreensão de seu próprio tempo. Ainda que não se possa confundir filosofia política e proselitismo, e mesmo que em certas condições a escrita traduza a ausência de espaço para sua manifestação pública, como bem mostrou Leo Strauss (Strauss 10), e não manifeste laços imediatos com conteúdos corriqueiros da vida coletiva, é inegável que não pode existir, ou ser compreendida, sem o contexto que a viu nascer e que de uma maneira ou de outra a influenciou. Assim de maneira resumida, podemos dizer que o grande salto dado por intérpretes como Strauss, Skinner, ou mesmo Lefort foi o de ter reconhecido na história um instrumento poderoso para alargar nossa compreensão das articulações internas dos textos filosóficos.

No entanto, o método proposto por Skinner, que pode ser sintetizado pela busca do sentido original de um texto, a partir da descoberta de seus laços com a época, implica a aceitação de alguns pressupostos, que nem sempre estão postos de maneira explícita em seus escritos. Considerando que a boa compreensão de uma obra depende do conhecimento do sentido original de suas proposições, podemos deduzir que é possível estabelecer as condições dentro das quais se dará a melhor compreensão do mesmo. Ora, Skinner, como de certa forma Strauss, e contrariamente a Lefort (Lefort 6) e a uma boa parte da hermenêutica contemporânea (cristalizada nas obras de Gadamer e Ricoeur), não parece fazer da história da interpretação um fator decisivo para a compreensão dos textos filosóficos. Sem desprezar a contribuição das sucessivas interpretações, que têm por objeto um livro do passado, elas são vistas como indicadoras de uma tendência, como pistas para uma leitura, que só se realiza plenamente, quando é capaz de recuperar o sentido original dos diversos proferimentos. Isso nos autoriza a afirmar duas coisas:

Em primeiro lugar, que Skinner acredita que pelo menos os grandes autores escrevem com razoável e consciente conhecimento dos diversos operadores lingüísticos de sua época. Dizendo de outra forma, conhecem o efeito que certas proposições causam em leitores determinados, que são normalmente o alvo pretendido por seus escritos. Assim, os tex-

tos filosóficos são permeáveis a uma interpretação que seja capaz de descobrir “os jogos de linguagem”, próprios aos diversos meios sociais, na medida em que o conhecimento dos mesmos nos permite elucidar os caminhos por vezes sinuosos encontrados pelos escritores para fazerem certas afirmações, que, de outra maneira, seriam incompreensíveis para o tempo. Com isso podemos deduzir que a volta ao passado deve se realizar pela via da reconstituição de suas condições históricas, porque cada época possui necessariamente um grau de originalidade e de diferença que torna a linguagem escrita um lugar privilegiado de sua manifestação. É claro que não se trata nem de uma teoria do reflexo do mundo na linguagem, nem de uma crença ingênua na possibilidade de existência de uma transparência absoluta na manifestação lingüística, mas apenas de que o pleno conhecimento do contexto histórico e lingüístico é a condição ideal para a compreensão de textos escritos. Skinner, aliás, é ele mesmo um crítico dos que acreditam que um texto possa ser lido e compreendido apenas a partir da análise do contexto – como é o caso de alguns intérpretes marxistas (Skinner 8, p. 43).

A segunda afirmação decorre da primeira e, embora não tenha sido explicitada por Skinner, acreditamos que não contrarie suas considerações metodológicas. Ora, se o que acabamos de mostrar é coerente e lógico, é possível falar de um leitor ideal que seria aquele que reuniria as melhores condições para a compreensão de um texto. Visto de nosso ponto de vista, o melhor leitor, ou leitor ideal, é aquele que consegue da forma mais rigorosa reconstituir o contexto – tomado aqui no sentido mais amplo – dentro do qual uma obra de filosofia nasceu e que, além disso, é capaz de compreendê-la, ou de compreender o sentido profundo de suas proposições. Isso o diferencia dos historiadores que apenas buscam a análise do contexto, pois, como diz: “The point is, in short, that an unavoidable lacuna remains: even if the study of the social context of the texts could serve to ‘explain’ them, this would not amount to the same as providing the means to ‘understand’ them” (*id., ibid.*, p. 46). É claro que esse leitor ideal é apenas um intérprete potencial, ou um pesquisador que reuniu os melhores instrumentos antes de se lançar na tarefa própria da investigação histórica. Ele se define pela melhor abordagem metodológica,

que deveria, em condições normais, garantir as interpretações mais fiéis ao espírito dos textos analisados.

Ora, se as definições anteriores são verdadeiras, na presença de um leitor ideal, teríamos a melhor demonstração do próprio método proposto, que Skinner sintetiza assim: “And it follows from this that the appropriate methodology for the history of ideas must be concerned, first of all, to delineate the whole range of communications which could have been conventionally performed on the given occasion by the utterance of the given utterance, and, next, to trace the relations between the given utterance and this wider linguistic context as a means of decoding the actual intention of the given writer” (Skinner 8, p. 49). Para encontrar tal leitor, no entanto, é preciso recorrer a um estratagema. É claro que poderíamos lançar mão de leituras contemporâneas de um autor do passado, feitas a partir de diferentes métodos, para mostrar a maior ou menor coerência de seus resultados. Nesse caso, no entanto, os métodos seriam analisados comparativamente, o que não serviria como teste de verificabilidade do método que nos interessa aqui e que se constitui numa crítica radical de muitos procedimentos metodológicos tradicionais. Como não pretendemos fazer um balanço das diversas metodologias de análise filosófica, temos de tentar encontrar uma outra saída. Como a comparação entre intérpretes que se servem do mesmo método pode incorrer no perigo de confundir uma análise metodológica com uma avaliação do mérito dos integrantes de um dada escola, escolhemos uma via oblíqua, mas que respeita as condições objetivas para a verificação da correção dos caminhos apontados por Skinner.

O leitor ideal, vamos buscar não no tempo presente, mas no passado. Se pudermos encontrar um leitor, que tenha se manifestado a respeito de uma obra de pensamento, para conservar uma expressão de Lefort, sobre a qual tinha pleno conhecimento, e que ao mesmo tempo, pelo menos idealmente, não pudesse ter se enganado quanto ao significado de expressões, palavras e construções gramaticais, estaremos diante do intérprete que reúne as melhores condições para uma boa interpretação – sempre segundo Skinner. Cabe ressaltar, no entanto, que não se trata de escolher alguém que tenha escrito sobre um autor, de um ponto de vista

crítico, em sua própria época, pois isso nos conduziria à afirmação absurda de que as críticas contemporâneas à obra são sempre as mais pertinentes dada a proximidade temporal. O que nos interessa aqui são as condições prévias à análise e que põem o leitor na melhor posição possível para realizar a leitura.

Nesse sentido, não são as discordâncias conceituais, ou mesmo as incompreensões teóricas que constituem o objeto de nossas preocupações. O que procuramos saber é se o pleno conhecimento das condições apontadas por Skinner realmente é um ideal que assegura a possibilidade de uma leitura fiel à letra do texto antigo. Portanto, nosso ponto de partida é a figura do leitor ideal que acabamos de definir e que não pode se equivocar sobre o significado de um texto, ainda que possa não estar de acordo com o que está sendo dito, ou que simplesmente não seja capaz de elucidar o significado mais profundo de certos conceitos. A construção dessa figura ideal, a partir do recurso a um leitor do passado, é possível, a nosso ver, pelas próprias conclusões de Skinner, que afirma: “The vital implication here is not merely that the classic texts cannot be concerned with our questions and answers, but only with their own. There is also the further implication that – to revive Collingwood’s way of putting it – there simply are no perennial problems in philosophy: there are only individual answers to individual questions, with as many different answers as there are questions, and as many different questions as there are questioners” (Skinner 8, p. 50).

I

Acreditamos encontrar em Francesco Guicciardini, amigo e contemporâneo de Maquiavel, uma possibilidade de se estudar o que estamos chamando de leitor ideal e que nos permite avaliar alguns aspectos da crítica metodológica à qual nos referimos e que tanta importância têm para os estudos contemporâneos de filosofia do Renascimento e de filosofia

política. De fato, Guicciardini freqüentou em Florença círculos muito próximos aos de Maquiavel. Os dois foram ligados por laços de amizade ao longo de toda a vida do Secretário Florentino – como nos atestam as inúmeras cartas trocadas pelos dois. Além do mais, em sua extensa obra, Guicciardini cita com freqüência a obra de seu amigo, que demonstra conhecer muito bem. Além desses fatores, nosso personagem nos legou um importante estudo chamado “Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli”⁽¹⁾, que retrata com fidelidade suas leituras da obra capital de Maquiavel. Esse conjunto de fatores nos conduz a pensar que Guicciardini pode ser considerado o leitor ideal do Secretário Florentino, no sentido que acabamos de dar a esse termo. Para analisar o alcance das considerações metodológicas de Skinner, mas também de outros historiadores das idéias, vamos proceder ao estudo do texto citado, na esperança de que nossas análises possam servir como elemento de verificação das hipóteses levantadas. Como seria excessivo pretender, no espaço de um artigo, estudar toda a leitura que Guicciardini fez da obra do amigo, vamos nos deter no texto citado e em um problema específico, que unia em vida os dois autores: a questão da liberdade.

Antes de passar ao exame das questões que nos interessam, é necessário apontar as limitações de nossa própria estratégia. Com efeito, se Skinner tem razão quando nos fala da dificuldade de se abordar um texto do passado, devemos reconhecer que elas atingem não só o texto original, que é objeto de nosso estudo – os *Discorsi* de Maquiavel –, mas também os comentários de Guicciardini. Para evitar que essa dificuldade contamine todo nosso esforço, o que no limite seria uma interdição de toda e qualquer análise de um texto do passado, vamos deter nossa atenção apenas em pontos sabidamente relevantes da obra de Maquiavel e que dizem respeito a questões – o problema da liberdade – sobre as quais possuímos um razoável número de fontes a nos ajudar a elucidar seu significado (Albertini 1). Não temos com isso a pretensão de inventar uma espécie de “paramétodo”, que poderia ser evocado em todas as circunstâncias. Nosso objetivo é bem mais modesto e está restrito ao balanço crítico de um ponto dos diversos problemas metodológicos que devemos enfrentar para escrever uma boa história das idéias.

Passemos então a nosso leitor ideal. Francesco Guicciardini ocupou durante longos anos uma posição importante na vida política florentina, particularmente no seio da fração da aristocracia que queria instalar em Florença um governo dos “*ottimati*” sem a participação dos Medicis⁽²⁾. Sua longa amizade com Maquiavel⁽³⁾ e a importância de sua obra teórica⁽⁴⁾ fazem dele um autor excelente para sintetizar o ideal que estamos buscando. Ao escolher analisar alguns capítulos de suas “*Considerazioni*” (Guicciardini 4, Vol. I, p. 605-73), acreditamos poder fornecer um apanhado significativo de sua maneira de abordar a obra maquiaveliana.

Antes, porém, de passar diretamente ao texto citado, é necessário apreciar as modificações que se operaram na concepção aristocrática da liberdade na Florença do “*cinquecento*” e que facilitam nossas análises posteriores. No começo de sua carreira, Guicciardini acreditava, como quase todos os republicanos florentinos de então, que a liberdade fazia parte da essência da cidade e que não podia ser destruída sem implicar a aniquilação da própria cidade⁽⁵⁾. Ele via assim em algumas instituições típicas da época, como o chamado “*Consiglio grande*”, que reunia uma parte significativa dos homens influentes, o órgão típico de execução das tarefas fundamentais do governo, sustentando que a liberdade institucional assegurava a preponderância dos interesses públicos sobre os interesses privados⁽⁶⁾, garantindo assim o domínio das leis sobre os desejos individuais. Essa concepção tradicional não podia, no entanto, ser vista apenas como a manifestação de um otimismo ingênuo, pois basta ler a introdução do “*Discorso di Logrogno*”, para ver que no tocante aos problemas políticos imediatos Guicciardini dava mostras de um forte realismo, que o fazia prever a perda da liberdade pela República de Florença⁽⁷⁾.

Alguns anos mais tarde, Guicciardini produziria uma nova interpretação do significado do “*regime livre*”, na qual desenvolve algumas observações esparsas que aparecem em seus primeiros escritos⁽⁸⁾. Vemos, então, que, se a definição do regime livre como um regime fundado nas leis permanece, assim como a exigência de uma certa participação dos

cidadãos nos negócios do Estado, desaparecem os objetivos que acreditara serem os de um regime dessa natureza: cidadania militar, participação na justiça e nas disputas políticas. Para ele, depois da queda do regime republicano, a segurança passa a ser o objetivo principal da vida política. Salvar a cidade da instabilidade é a tarefa primordial de um regime que ele insiste em caracterizar como livre⁽⁹⁾. Se, do ponto de vista institucional, continua a defender a existência de um “Consiglio Grande”, como órgão garantidor da neutralidade dos magistrados e pacificador das disputas internas, a participação popular ampla na política passa a ser vista como a mais terrível ameaça para a sobrevivência de Florença (Pocock 7, p. 226-7). O regime republicano passa, então, a ser concebido como uma oligarquia moderada na qual, sem excluir completamente o povo, as principais funções de Estado pertencem necessariamente à aristocracia⁽¹⁰⁾.

É, pois, um aristocrata convencido da importância de sua classe social na condução dos negócios públicos que, em 1530 – três anos depois da morte de Maquiavel –, se debruça sobre a obra do amigo, que tanto influenciara a jovem geração no poder em Florença desde 1527. Nesse momento, Guicciardini estava disposto a fazer alianças até mesmo com os Medicis, à condição de que fossem respeitadas as prerrogativas da aristocracia no futuro regime. As idéias de Maquiavel lhe pareciam contrárias às suas aspirações e por demais próximas da dos jovens republicanos para poderem ser encampadas⁽¹¹⁾.

Apesar dessa oposição política, o tom do escrito que vamos analisar é sereno, se não claramente amigável. Guicciardini lê Maquiavel com olhos de quem conhece o autor e que sabe de suas qualidades. Além do mais, para nossos propósitos, é significativo o fato de que ele dedique especial atenção aos dezesseis primeiros capítulos dos *Discorsi*, que contêm o núcleo da teoria maquiaveliana sobre a liberdade. Uma análise dessa parte de seus escritos, dada sua coerência interna e ainda que restrita, permite-nos perceber com clareza como se estabeleceu a relação do leitor Guicciardini com o autor Maquiavel.

O primeiro fato a ser notado é que nosso autor não se esquiva de manifestar suas concordâncias com a obra do amigo. Assim, em seu primeiro capítulo⁽¹²⁾, o diplomata florentino declara: “Nos *Discorsi*, é ver-

dade que as cidades sejam fundadas por estrangeiros ou por nativos” (Guicciardini 4, p. 607). Em seguida, ele examina as conseqüências de tal afirmação, mas para começar ele aceita plenamente a idéia de que uma discussão sobre a fundação de uma cidade possa melhorar nossa compreensão de sua “natureza”. De maneira geral, podemos dizer que essa concordância inicial com Maquiavel se repete ao longo de seus comentários, o que prova que não fizemos uma escolha enganada quando pensamos em tomá-lo como um leitor ideal da obra do Secretário Florentino. Para reforçar esse sentimento, basta ver que o segundo capítulo se abre com a afirmação de que o governo misto é o melhor de todos, afirmação com a qual Maquiavel estava de pleno acordo⁽¹³⁾. Do sétimo ao décimo primeiro capítulos esse “acordo” se reitera de maneira quase monótona. Temos um exemplo claro no sétimo capítulo quando, analisando a questão das colônias (*id.*, *ibid.*, p. 620), ele afirma que numa república a existência de tal fenômeno é uma praga que ameaça a sobrevivência do corpo político⁽¹⁴⁾.

Não é necessário seguir todos os capítulos das “Considerazioni” para notar a constância com a qual Guicciardini se refere a certos argumentos de Maquiavel como as verdades mais ou menos aceitas pelos homens políticos de seu tempo⁽¹⁵⁾. Interessa-nos, nesse caso, menos o sentido desse acordo, mas o fato de que ele prove a existência do meio social e lingüístico ao qual se refere Skinner e que nos levou a adotar nossa estratégia, para verificar o alcance de suas considerações metodológicas.

Ao contrário, alguns intérpretes, como Ugo Spirito, acreditaram compreender a essência da relação dos dois florentinos a partir da idéia de que, no fundo, eles tinham as mesmas preocupações. Guicciardini seria simplesmente um analista mais realista e atento, embora se utilizasse do método elaborado por Maquiavel⁽¹⁶⁾. Para Spirito, a unidade das duas obras se torna evidente quando constatamos que a “submissão dos meios aos fins”, que estaria no centro do pensamento maquiaveliano, era totalmente aceita por Guicciardini⁽¹⁷⁾. A nosso ver, essa interpretação da relação dos dois pensadores se descuida de dois aspectos do problema. Em primeiro lugar, ela deixa de lado o fato de que a concepção de liberdade sustentada pelos “*ottimati*”, e pelo autor das “Considerazioni” em particular, não podia ser vista como a expressão de um ponto de vista idêntico

ao de Maquiavel. Considerando que essa era uma questão essencial na concepção que os dois autores tinham da política, vemos com dificuldade como encontrar unidade, quando o que constatamos é uma divergência importante quanto a questões fundamentais. Em segundo lugar, para compreender a relação dos dois, é preciso ver sobre que pontos específicos da obra de Maquiavel Guicciardini manifesta seu acordo. Nesse sentido, mesmo uma análise superficial da obra do diplomata, demonstra que ele concorda apenas com o que podemos considerar como lugares-comuns do pensamento político florentino do Renascimento. Assim, ele concorda com Maquiavel sobre a importância que pode ter a história da cidade para uma análise da natureza da constituição ideal; é sensível também ao fato de que dispositivos legais podem evitar os efeitos nocivos da calúnia, usada como arma política; ele nota além do mais, com entusiasmo, que Maquiavel, no décimo capítulo dos *Discorsi*, faz uma crítica feroz da tirania.

Observando com mais atenção as concordâncias manifestas entre os dois autores, no entanto, não podemos deixar de suspeitar que elas sejam o fruto de um mal-entendido da parte de Guicciardini, ou da vontade deliberada de minimizar as divergências de fundo entre os dois pensamentos. A esse respeito, a análise dos quatro primeiros capítulos das “Considerazioni” nos fornece um campo de estudo privilegiado.

No primeiro capítulo, Guicciardini, mesmo reconhecendo a importância da história da fundação das cidades, critica Maquiavel por ter buscado longe no tempo as origens de Roma, lançando mão até mesmo do mito de Enéias⁽¹⁸⁾. De sua parte, isso equivale a uma crítica aos humanistas cívicos, que durante o “*quattrocento*” se dedicaram a tentar deslindar a sentida da criação de Florença nas brumas da história romana⁽¹⁹⁾. Dessa maneira, o capítulo nos mostra um Guicciardini que, reconhecendo o pertencimento de Maquiavel à tradição do pensamento político florentino, se posiciona como crítico das idéias que lhe parecem ainda devedoras do humanismo do século anterior ao seu. Na seqüência do capítulo, vemos desenvolver-se a análise de um escritor que se nega a emprestar ao estudo da história das cidades um papel importante dentro do esforço de elaboração de uma teoria mais geral sobre a política. Assim, ele procura

mostrar que, depois da queda do Império Romano, todas as cidades que haviam vivido sob seu domínio tiveram a possibilidade de alargar suas conquistas e tornar-se mais poderosas. Mostra, também, que condições climáticas favoráveis são sempre um fator de maior importância do que a simples “*virtù*” dos cidadãos⁽²⁰⁾. É, pois, o diplomata prudente, que pretende ser audacioso, nesse momento do texto, a respeito de temas tabus do pensamento político.

O segundo capítulo das “*Considerazioni*” confirma que Guicciardini vê nos primeiros capítulos dos *Discorsi* uma exposição tradicional das idéias de seu tempo. Manifestando seu acordo com Maquiavel sobre a excelência do regime misto, o diplomata lança-se numa longa discussão sobre a natureza da melhor constituição. Deve-se observar, aqui, que ele não presta a menor atenção à “teoria da história” exposta por Maquiavel, acreditando provavelmente que também sobre esse ponto a exposição de seu amigo nada mais faz do que repetir a adoração que os humanistas tinham pelo texto de Políbio, que inspirou a passagem de Maquiavel sobre o ciclo de constituições que se manifesta ao longo da história. Ao contrário, ele começa seu capítulo levando em consideração as conseqüências dessa teoria, ou seja, tomando como aceito que o regime misto é o único capaz de evitar os riscos inerentes a todas as outras formas políticas. Apesar desse acordo aparente, o que Guicciardini faz é procurar demonstrar a superioridade de um regime governado pelos “*ottimati*” em relação ao regime democrático, que acreditava vigorar em Florença, sem parecer perceber que entre a teoria que informa o debate sobre o melhor regime em Maquiavel e seu próprio escrito havia uma profunda diferença. Para ele, tratava-se de opor à miragem romana, da qual participavam Maquiavel e os humanistas⁽²¹⁾, a prudência dos aristocratas. Sua hostilidade ao elemento popular manifesta-se sem ambigüidade no meio de uma discussão tradicional sobre as instituições republicanas⁽²²⁾.

A tendência de vincular Maquiavel aos humanistas prossegue no terceiro capítulo, ainda que Guicciardini passe a manifestar sua discordância com pontos específicos do pensamento do amigo de maneira mais explícita do que antes. Em particular, ele se opõe à idéia de que os homens são levados naturalmente a praticar o mal. Sem se preocupar em

aprofundar sua compreensão do significado de uma proposição tão radical, o diplomata parece acreditar que Maquiavel se filia à longa tradição platônica, que associava cada regime a um tipo específico de homem. Pessoalmente, Guicciardini não estava disposto a aceitar a idéia da existência de um mal natural dos homens, mas reconhece que o legislador podia dela se servir, para impor limites aos desejos que acreditava desenfreados em sociedades com leis frágeis (Guicciardini 4, p. 613). A facilidade com que atribui um significado antropológico restrito às formulações de Maquiavel faz com que não perceba que a forma como trata a questão da instituição de leis, que servem para contrariar a natureza desejante dos homens, estava, na verdade, muito mais próxima da maneira como o Secretário Florentino compreendia a questão, do que a interpretação que lhe empresta um colorido quase agostiniano.

O que acabamos de dizer fica mais claro quando analisamos a posição de Guicciardini em relação à criação dos tribunos do povo em Roma. Ele observa que, a seu ver, essa instituição não podia servir de freio aos desejos do povo e critica o amigo por exagerar nas funções que atribui a eles na manutenção do equilíbrio das instituições republicanas. Mas o interessante é que sua crítica não se estende ao argumento inicial de Maquiavel, segundo o qual é preciso pensar o problema das instituições a partir da consideração das dificuldades impostas à ação política por dados relativos à natureza dos homens. As objeções de Guicciardini, no fundo, reproduzem com fidelidade as que podíamos esperar de um aristocrata da época: a desconfiança em relação ao povo, o elogio do Senado enquanto órgão de governo, a crítica ao suposto irrealismo de alguns humanistas do “*quattrocento*”.

Ora, sabemos hoje que Maquiavel se serviu em várias etapas de sua obra de uma adesão parcial e medida à tradição para captar a atenção e a benevolência dos leitores de sua época. Quando lemos o texto de seu crítico e amigo, somos obrigados a constatar que sua *démarche* mostrou-se extremamente eficaz, para atingir seus objetivos teóricos e políticos. Um leitor aristocrático como Guicciardini não podia aceitar suas conclusões e, por isso, levanta objeções sérias a algumas de suas afirmações, que pareciam se vincular a uma tradição florentina democrática de pensamento.

O que ele não percebe é que o pensamento de Maquiavel não podia mais ser compreendido dentro dos quadros tradicionais. A vinculação de Guicciardini à tradição era tamanha, que o conduzia a pensar todas as questões da política dentro da própria tradição. Isso se mostra com toda a clareza quando afirma que os debates sobre a melhor constituição para Florença deviam ter como ponto de partida a história antiga, o que era exatamente a posição dos humanistas. Ele, que fora um dos primeiros a denunciar os que criam poder compreender o presente pelo recurso incessante às fontes do passado, acreditou ser capaz de entender a obra de seu amigo dentro dessa mesma escola – sem prestar a mínima atenção à introdução da obra que estava analisando, ou sem tê-la compreendido⁽²³⁾. Isso se torna mais evidente quando lemos suas críticas à apologia maquiaveliana dos conflitos. Se Guicciardini não hesita em manifestar sua discordância, o faz acreditando estar criticando um autor que segue à risca a tradição republicana popular florentina.

Não estamos com isso dizendo que ele não tenha percebido a importância da teoria maquiaveliana dos conflitos. Contra ela argumentou longamente em seu “Dialogo del reggimento di Firenze” (Guicciardini 5, p. 451-60), como também em seus “Ricordi”. Seu engano, a nosso ver, estava no fato de que acreditou poder reduzir este aspecto da teoria política de Maquiavel ao tema humanista do elogio das instituições romanas. Podemos constatar o que acabamos de dizer lembrando que ele começa seu capítulo retornando à questão dos tribunos, para concluir: “Não foi a desunião entre a plebe e o Senado que fez de Roma uma cidade livre, pois a ausência das causas da desunião lhe teria sido muito mais favorável” (*idem* 4, p. 615). Em seguida retoma a velha querela contra as lutas internas que tanto haviam dominado os debates teóricos e políticos da época: “A solução dada aos problemas da sedição foram úteis, mas teria sido necessário também destruir as causas de sua existência na cidade” (*id.*, *ibid.*, p. 617).

Os capítulos seguintes mostram o engano cometido pelos leitores que acreditaram num grande entendimento entre os dois autores. De fato, a partir da ruptura do quarto capítulo, Guicciardini não mede mais as críticas aos aspectos mais claramente democráticos do pensamento maquia-

veliano. Constatamos, assim, que Guicciardini, embora aceite que a referência à tradição seja um exigência de todo debate político, não parece capaz de compreender a verdadeira revolução teórica operada pela teoria de Maquiavel sobre os conflitos, que ele insiste em tratar como mais um tema dos humanistas. Nosso leitor ideal vê no amigo apenas mais um partidário da opção democrática, mesmo reconhecendo o vigor de seus argumentos. Que Maquiavel estivesse operando um ruptura radical com a tradição ocidental de pensamento político não ocorreu a esse leitor privilegiado, ao qual escapou até mesmo o sentido de afirmações diretamente dirigidas contra a tradição à qual parecia se filiar, como acontece no quarto capítulo dos *Discorsi*, e que podemos reconhecer com facilidade hoje.

Não estamos, com isso, sugerindo que Guicciardini tenha sido um leitor medíocre de Maquiavel, mas sim que, mesmo de posse de todos os instrumentos para uma leitura ideal, deixou de perceber pontos essenciais de uma obra revolucionária. Isso nos leva a algumas conclusões simples, mas que modificam, a nosso ver, o alcance das críticas metodológicas de Skinner. A primeira observação, banal, é que a limitação das interpretações de Guicciardini demonstra o que parece óbvio a quase todos os estudiosos da história da filosofia: a distância favorece a compreensão de uma obra de pensamento, não de forma necessária, mas sem que possamos estabelecer um nexos causal estrito entre proximidade e compreensão. Essa afirmação, no entanto, só é banal se não aceitarmos inteiramente o pressuposto de que não há problemas de filosofia que digam respeito a todas as épocas. Se Skinner e Collingwood estivessem inteiramente certos a esse respeito, parece-nos evidente que nosso leitor ideal deveria reunir necessariamente melhores condições para compreender uma obra capital de filosofia de seu tempo, uma vez que teria sempre condição de compreender o alcance de um dado problema de sua época, que hoje nos escaparia em sua plenitude.

As condições descritas como ideais para a interpretação de uma obra do passado, embora não tenham se revelado falsas, não parecem responder à própria exigência de rigor posta pelas considerações metodológicas do estudioso inglês. Com efeito, a posse do pleno domínio da época e das possibilidades expressivas da mesma não evitou a Guicciardini o equívoco em relação a proposições que são essenciais na obra de Maquiavel. Isso demonstra que, tanto na análise de um texto do presente, quanto no exercício de compreensão de uma obra do passado, lidamos sempre com uma franja importante de indeterminação do sentido, que não pode ser preenchida por nenhum procedimento metodológico. Nesse espaço vazio, acreditamos, se inscreve a tarefa do intérprete, que não pode abdicar de sua obrigação de apor a um sentido original irrecuperável, mesmo para um leitor nas condições ideais, a criação de uma esfera de significados, que nasce sempre e necessariamente de sua própria interrogação. Com isso, estamos tentando dizer que, no fundo, a interpretação pode se valer de um esforço de rigor, mas que será sempre interpretação no sentido radical do termo, aberta aos riscos e à indeterminação da palavra, seja ela realizada no presente ou séculos depois.

Abstract: This article deals with methodological problems of the history of ideas, from the point of view of what we call the “ideal reader”. To pursuit our goals we analyse the commentaries of Guicciardini on Machiavelli’s *Discorsi*.

Key-words: Machiavelli – politic philosophy – 17th century – Guicciardini

Notas

- (1) *Seguimos aqui o texto publicado em Guicciardini 4, p. 605-73. A partir daqui, citaremos apenas como "Considerazioni".*
- (2) *Para Guicciardini como "ottimati" típico, cf. Pocock 7.*
- (3) *Uma bibliografia detalhada sobre a questão encontra-se em Berardi 2, p. 28-33.*
- (4) *Para a evolução da obra de Guicciardini, cf. Caprariis 3.*
- (5) *"...Né accade disputare quale sia migliore amministrazione o di uno o di pochi o di molti perché la libertà è propria e naturale della città nostra" (Guicciardini 4, "Discorso di Logrogno", p. 255). Cf. a esse respeito, Pocock 7, p. 124-7.*
- (6) *"Né è altro la libertà che uno prevalere le legge e ordini publici allo appetito delli uomini particolari" (Guicciardini 4, "Discorso di Logrogno", p. 255).*
- (7) *"Due ragione principale mi fanno credere che la nostra città in processo di non molti anni, se Dio evidentemente non la aiuta, abbi a perdere la libertà e stato suo" (id., ibid., p. 249).*
- (8) *Albertini afirma a esse respeito: "Per noi è essenziale rilevare che questa insistenza nel sottolineare l'attitudine politica dei pochi, questo distanziarsi dal popolo e la conseguente interpretazione della libertà non più come diritto di partecipare allo stato ma piuttosto come protezione garantita dalle leggi, mette sostanzialmente in crisi la coscienza politica comunale" (Albertini 1, p. 98).*
- (9) *"... e ragionevolmente, perché chi introdusse la libertà non ebbe per suo fine che ognuno si intromettesse nel governare, ma lo intento suo fu perché si conservassino le leggi e el bene commune, el quale, quando uno governa bene, si conserva meglio sotto lui che in altro governo" (Guicciardini 5, p. 315).*

(10) *Devemos notar aqui o papel que o modelo veneziano tinha na formação da ideologia dos aristocratas florentinos no final da segunda década do “cinquecento” (Guicciardini 5, p. 335-49).*

(11) *“Collocate in questa prospettiva le considerazioni si presentano come il rifiuto delle grande famiglie alleate dei Medici, ma non ancora disposte a divenirne i sudditi, di fronte a una proposta di superamento della crisi, quella machiavelliana, che proponeva pericolosamente strade nuove e ordini nuove” (Berardi 2, p. 12).*

(12) *Como as “Considerazioni” seguem a numeração dos Discorsi, quando nos referimos a um capítulo trata-se sempre da obra de Guicciardini que critica Maquiavel.*

(13) *“E non è dubio che el governo misto delle tre spezie, principe, ottimati, e popolo, è migliore e piu stabile che uno governo semplice di qualunque delle tre spezie” (Guicciardini 4, p. 609).*

(14) *“E vera conclusione che le calunnie sono detestabili, ma tanto naturale in una città libera, che è difficile e forse impossibile el levarle” (id., ibid., p. 622).*

(15) *Quase todos os capítulos seguintes comportam afirmações do tipo que estamos analisando. Livro I: 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 23, 25, 40, 47. Livro II: Proemio, 10, 15, 24.*

(16) *Analizando as “Considerazioni”, Ugo Spirito afirma: “...ma il fatto è che il piano speculativo è il medesimo e le conclusioni non differiscono sostanzialmente. Nè il Guicciardini ha mai intenzione di contrapporsi radicalmente al Machiavelli, che anzi l'accordo sui punti fondamentali è sempre molto manifesto e la coscienza del capovolgimento finale manca quasi totalmente” (Spirito 9, p. 83).*

(17) *“... nel suo precetto fondamentale per cui il fine giustifica i mezzi” (id., ibid., p. 85).*

(18) *“...nè puo Roma per rispetto di Enea applicarsi al membro de' forestieri, perché è uno cercare le origine troppo da lontano, le quali non s'ahanno a referire a' primi antecessori di chi ha edificate” (Guicciardini 4, p. 607).*

(19) *V. de Caprariis vii nessa passagem uma crítica violenta a Maquiavel: "C'è qui non solo la diffidenza per le troppo facili generalizzazioni che si lasciano sfuggire la molteplicità della materia politica, il gusto del particolare individualizzante che non deve essere smarrito in un'astratta formulazione normativa, ma c'è di più, una più cauta e natura attitudine critica innanzi al fatto storico, un tentativo di approfondimento di esso, un desiderio di vederlo in tutta la sua complessità non solo ma anche nei suoi più intimi motivi" (Caprariis 3, p. 89).*

(20) *"El principale fondamento della potenza e ricchezze della città è avere grosso popolo: e male puo ingressare di popolo una città che sia posta in luogo sterile" (Guicciardini 4, p. 608).*

(21) *"...ebbongli è romani ma con distinzione, perché apresso a loro è patrizi da' principe erano gli ottimati, gli altri erano plebei, che fu causa di tutte le loro sedizione" (id., ibid., p. 612).*

(22) *"A fuggire queste cose bisogna non rimettere al popolo alcuna cosa importante, eccetto quelle che si fussino in mano di altri, non sarebbe la libertà sicura, come è la elezione de' Magistrati, la creazione delle legge, le quali non è bene venghino al popolo, se non prima digestite ed approvate da' Magistrati supremi e dal senato..." (id., ibid.).*

(23) *Basta aqui recordar uma passagem eloqüente dos "Ricordi": "Quanto si ingannono coloro che a ogni parola allegano e Romani! Bisognerebbe avere una città condizionata come era loro, e poi governarsi secondo quello essempro: el quale a chi ha le qualità disproporzionate è tanto disproporzionato, quanto sarebbe volere che uno asino facessi el corso di uno cavallo" (id., ibid., p. 759).*

Referências Bibliográficas

1. ALBERTINI, R. *Firenze dalla repubblica al principato*. Turim, Einaudi, 1970.
2. BERARDI, G.F. (ed.). *Francesco Guicciardini. Antimachiavelli*. Roma, Ed. Riuniti, 1984.
3. CAPRARIIS, V. de. *Francesco Guicciardini, dalla politica alla storia*. Bari, Laterza, 1950.
4. GUICCIARDINI, F. *Opere*. Vol. I. Torinese, 1983.
5. _____. "Dialogo del reggimento di Firenze". *Opere*.
6. LEFORT, C. *Le travail de l'œuvre. Machiavel*. Paris, Gallimard, 1972.
7. POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian moment*. Princeton (NJ), Princeton University Press, 1975.
8. SKINNER, Q. "Meaning and understanding in the history of ideas". In: *History and theory*. Middletown, Wesleyan University Press, 1969.
9. SPIRITO, U. *Machiavelli e Guicciardini*. Ed. Leonardo, 1945.
10. STRAUSS, L. *La persécution et l'art d'écrire*. Paris, Presses Pocket, 1989.